



NA CRISE RESIDE A OPORTUNIDADE

ESFORÇOS CONDUZIDOS PELA MAIORIA SÃO ESSENCIAIS PARA ULTRAPASSAR O IMPASSE E GARANTIR UM TRATADO PARA PÔR TERMO À POLUIÇÃO PLÁSTICA, ADEQUADO AO SEU PROPÓSITO

A mais recente sessão de negociações demonstrou, uma vez mais, que o processo do INC (Comité Intergovernamental de Negociação) requer uma profunda reavaliação. Sem mudanças fundamentais e passos proativos adoptados pelo grupo de países ambiciosos no período intercalar, o único desfecho possível será um tratado frágil e inadequado ao seu propósito. Embora o insucesso em Genebra tenha colocado o processo do INC em suspenso, sem decisões claras quanto ao caminho a seguir, criou igualmente uma oportunidade única para a maioria progressista retomar o controlo do processo.

A urgência de estabelecer um regime global robusto e eficaz para pôr termo à poluição plástica não pode ser sobrevalorizada. A cada hora, [mais de 1.250 toneladas de plástico entram nos nossos oceanos](#), infiltrando-se nos ecossistemas desde as fossas marinhas mais profundas até aos alimentos que consumimos. A poluição plástica tornou-se uma ameaça generalizada à biodiversidade, contribuindo para a morte de espécies selvagens e para a degradação de habitats frágeis. Contamina o ar que respiramos e a água de que dependemos, com microplásticos já detectados nos cérebros, pulmões, placenta e sangue humanos. A investigação científica associa cada vez mais estas partículas e os seus aditivos tóxicos a condições graves de saúde, incluindo cancro, infertilidade, doenças cardiovasculares e danos irreversíveis no desenvolvimento humano.

Para além das implicações ambientais e de saúde, a poluição plástica representa riscos sociais e económicos significativos. Compromete a segurança alimentar e agrava desigualdades, sobretudo em comunidades menos capacitadas para gerir resíduos. Do ponto de vista económico, os custos da inacção continuam a aumentar, desde a perda de receitas do turismo e das pescas até aos custos crescentes das operações de limpeza. À medida que novos estudos continuam a revelar as consequências de amplo alcance da poluição plástica, a necessidade de uma resposta global decisiva e coordenada torna-se cada vez mais crítica.

Um tratado sólido constitui a via mais rápida, mais eficaz e economicamente mais viável para resolver a crise da poluição plástica. A maioria ambiciosa que defende tal tratado deve agora ponderar a adopção de medidas ousadas e colectivas para impulsionar o progresso e salvaguardar o planeta para as gerações futuras. Neste momento singular das negociações, a maioria deve intensificar os seus esforços com toda a força. Esta nota informativa apresenta o seguinte:

- Como o INC está bloqueado e por que motivo continuar com a mesma abordagem só pode conduzir a um resultado fraco.
- Por que razão os membros do INC que trabalham por um tratado eficaz — a maioria — precisam de concentrar os seus esforços colectivos.
- De que forma um esforço liderado pela maioria pode avançar o processo negocial.

O WWF apela à maioria dos Estados para:

- Concentrar os seus esforços e trabalhar para um resultado final eficaz do tratado.
- Realizar trabalho intercalar informal antes de qualquer nova reunião do INC, de modo a avançar um texto de tratado adequado ao seu propósito e a abordar matérias substantivas essenciais.

O INC ENCONTRA-SE NUM IMPASSE DECISÓRIO

As negociações para o tratado sobre a poluição por plásticos encontram-se, neste momento, [em impasse](#). Em Agosto de 2025, após oito meses e dez dias de reuniões em tempo extraordinário, pelo menos [USD 8,7 milhões acima do orçamento estimado](#) e mais de 7 milhões de toneladas de poluição plástica adicional nos nossos oceanos desde a última tentativa falhada, o INC voltou a suspender os trabalhos sem acordar sobre um texto de tratado.

A principal razão reside na excessiva dependência da tomada de decisões por consenso, que, na prática, tem conferido aos Estados-membros a capacidade de vetar e bloquear o progresso. Persistem ambiguidades quanto às regras de procedimento, deixando as negociações aprisionadas num limbo processual. O INC deve, em conformidade com a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados e as melhores práticas de negociações multilaterais anteriores, adoptar regras de procedimento claras para o Comité.

Os encontros do INC realizados até à data confirmaram a existência de um pequeno grupo de Estados que negoceiam de má-fé. Estes Estados não demonstraram qualquer intenção de alcançar um acordo, procurando antes descarrilar, atrasar e enfraquecer o processo.

O efeito é uma erosão inevitável do nível de ambição. Como os membros não conseguiram alcançar consenso durante a primeira semana do INC-5.2, o Presidente tomou a iniciativa de compilar uma proposta de texto, na expectativa de identificar um **ponto de compromisso possível** que fosse aceitável para todos e que ainda garantisse as soluções necessárias. Esta abordagem assentava em vários pressupostos falsos: 1. que esse **ponto de compromisso** existe; 2. que enfraquecer as medidas garantiria, em última instância, um acordo universal; 3. que todos os Estados estão a negociar de boa-fé; 4. que todos os Estados que aceitassem concluir o texto agora o ratificariam mais tarde; e, 5. que medidas mais fracas acordadas por todos seriam mais eficazes para resolver a poluição plástica do que medidas mais fortes acordadas pela maioria.

O desfecho do INC-5.2 confirmou que existem visões estruturalmente incompatíveis relativamente às obrigações centrais do tratado. Em matérias como proibições de produtos plásticos de alto risco e outras medidas a montante, não existe terreno comum. O compromisso é estruturalmente impossível, independentemente do número de encontros futuros do INC. Assim, é altamente improvável que exista qualquer **solução de compromisso possível** entre a maioria ambiciosa e o pequeno grupo de Estados obstrutores.

Mesmo que o consenso fosse alcançado, tal acordo não garantiria adesão universal nem resultados ambientais com impacto significativo. Nenhum grande acordo ambiental multilateral das últimas três décadas — embora concluído por consenso — alcançou adesão universal. Entretanto, um tratado fraco, sem regras globais, não acrescentaria nada ao status quo. Os países já estão a avançar com acções voluntárias determinadas a nível nacional. Trinta anos destas iniciativas, desde a [Declaração de Washington de 1995 sobre a Proteção do Meio Marinho contra Actividades de Origem Terrestre](#), produziram resultados limitados, enquanto a poluição plástica continuou a [agravar-se](#) e a geração global de resíduos plásticos mais do que duplicou entre 2000 e 2019.

Enfraquecer o tratado para assegurar a participação dos grandes produtores constitui uma falsa lógica de compromisso. O Acordo de Paris ilustra esta realidade: os principais emissores de gases com efeito de estufa são Partes; contudo, a maioria não cumpriu as suas próprias metas voluntárias, e os objectivos colectivos continuam fora de alcance. Perseguir a participação dos grandes produtores “a qualquer custo”, ignorando os incentivos que poderiam motivar a sua adesão, é uma estratégia falhada que tem sistematicamente fracassado noutras áreas ambientais.

É necessária uma boa dose de fé para acreditar que a abordagem actual conduzirá ao fim da poluição plástica. O resultado mais provável é um instrumento diluído, centrado sobretudo na gestão de resíduos, acordado por todos os Estados, ratificado pela maioria e implementado de forma voluntária e limitada por alguns, em suma, o mundo tal como já existe.

Manter a abordagem actual, sem ajustamentos, significa permitir que atrasos processuais intermináveis continuem a corroer a confiança, desgastar energias e entregar vantagem à obstrução. Esta constatação reforça a necessidade de um passo ousado nas negociações: avançar sem os poucos e continuar o trabalho com os muitos.

ESTADOS-MEMBROS QUE TRABALHAM POR UM TRATADO EFICAZ DEVEM REFORÇAR OS SEUS ESFORÇOS

Ao longo destas negociações, uma maioria ampla — e crescente — de países uniu-se em torno de uma visão partilhada para um tratado com medidas vinculativas ao longo de todo o ciclo de vida dos plásticos. O WWF identifica [quatro elementos essenciais](#) como o ponto de partida mínimo. Uma maioria dos países, [num total de 133 Estados](#), apoia estas medidas-chave necessárias e demonstra um alinhamento claro quanto aos elementos-chave necessários para um tratado eficaz e o resultado final das negociações.

Mais recentemente, no INC-5.2, esta maioria ambiciosa mostrou que pode influenciar a direção das negociações com a sua voz unida. Quando o Presidente apresentou [uma proposta de texto sem regras globais](#), esta foi decisivamente rejeitada pela maioria, que reafirmou o seu compromisso com um tratado forte, com medidas vinculativas para abordar todo o ciclo de vida dos plásticos.

Além disso, foram apresentadas propostas para medidas vinculativas no tratado: pelo [México e pela Suíça, em nome de 85 países](#), para eliminar produtos plásticos problemáticos e nocivos; pelo [Chile e pelo Reino Unido, em nome de 32 países](#), para regulamentar o design de produtos plásticos; e pela [Colômbia e pelo Peru, em nome de 118 países](#), para regras de tomada de decisão da COP. Meios detalhados de implementação foram discutidos nos Grupos de Contacto, e esforços para fundir propostas num pacote equilibrado ocorreram nos bastidores.

Embora a maioria tenha os números, precisa alinhar-se melhor para converter esses números numa solução credível e eficaz para o instrumento. É hora de os Estados repensarem como abordar a conceção de um tratado eficaz. A maioria dos tratados não começa com, nem alcança, adesão universal, e o tratado sobre plásticos provavelmente não será diferente. Embora proibições harmonizadas de plásticos nocivos em todo o mundo desde o primeiro dia fossem ideais, proibições harmonizadas em metade dos mercados mundiais poderiam ser suficientes para alterar a produção e o consumo globais. A questão, portanto, é — o que e quem é necessário para que este instrumento seja eficaz agora e no futuro?

Uma forma de avaliar a eficácia do novo instrumento é analisar os principais mercados de plásticos e produtos plásticos. Quando uma percentagem significativa dos mercados mundiais segue um conjunto de regras, o restante do mercado terá de responder, criando assim a mudança necessária. O Protocolo de Montreal e a MARPOL utilizaram esta lógica baseada na procura. Ao abranger uma massa crítica de consumo global (Montreal) e tonelagem da frota (MARPOL) antes da entrada em vigor, construíram regimes eficazes que tiveram impacto desde o início. A gravidade do mercado expandiu então a participação e impulsionou os tratados rumo à universalidade. Estas lições podem ser um contributo valioso para a conceção do novo tratado sobre poluição plástica. Cada Estado adicional que adere ao tratado traz consigo outro segmento do mercado global sob regras comuns, criando normas globais de facto. Incentivos incorporados no tratado encorajariam ainda mais uma participação mais ampla.

TRABALHO INTERCALAR INFORMAL LIDERADO PELA MAIORIA PARA ULTRAPASSAR O IMPASSE

A maioria necessita de criar espaço para aprofundar o alinhamento em questões técnicas cruciais para o tratado. Embora já exista um alinhamento geral sobre os elementos essenciais dentro do [grupo dos 133 países](#), subsistem questões e considerações técnicas. Num momento em que o processo do INC se encontra num impasse, os países que exercem liderança dentro deste grupo maioritário devem aproveitar a oportunidade para convidar — na sua capacidade nacional — outros Estados com posições semelhantes para uma conferência destinada a aprofundar a discussão das disposições centrais do tratado. Este trabalho intercalar informal permitirá que a maioria dos Estados consolide a sua base de apoio às medidas necessárias do tratado, afastando-se das pressões e perturbações do processo formal do INC e antes de qualquer novo encontro.

Para evitar a continuação do declínio da ambição, as negociações devem recentrar-se no seu propósito fundamental: desenvolver um instrumento juridicamente vinculativo e eficaz para pôr fim à poluição plástica. Este propósito deve orientar a concepção do tratado, moldar a dinâmica negocial e determinar os caminhos para a sua adoção. Existe uma forte fundamentação para esforços liderados pela maioria destinados a ultrapassar o impasse negocial e a alcançar um tratado sobre a poluição plástica adequado ao propósito:

- 1) Medidas específicas, juridicamente vinculativas e devidamente dotadas de recursos, proporcionais à escala do problema e adaptáveis ao longo do tempo, são essenciais para produzir impacto efectivo, como demonstrado por outros Acordos Ambientais Multilaterais (MEA) bem-sucedidos.
- 2) Uma ampla maioria de Estados [manifestou disponibilidade](#) para adotar e implementar regras fortes e vinculativas, garantindo impactos significativos desde o primeiro momento, mesmo sem a participação de todos os Estados ou dos maiores produtores.
- 3) Com os incentivos e mecanismos certos que recompensem a conformidade e a participação (como acesso ao mercado, assistência financeira, cooperação técnica e transferência de tecnologia), o mercado global se ajustará gradualmente às exigências dos consumidores e o tratado atrairá mais Estados, incluindo os principais produtores, para aderirem ao longo do tempo.

O INC-5.2 demonstrou tanto os limites quanto o potencial do processo atual rumo a um acordo global sobre a poluição por plásticos. Para manter o ímpeto e preparar a próxima sessão negocial, o WWF insta os governos a convocar uma consulta intercalar aberta sobre as disposições centrais do tratado. As consultas devem ser técnicas e inclusivas, abertas a todos os Estados alinhados com a visão partilhada de um tratado forte e eficaz, e destinadas a promover a compreensão substantiva e o desenvolvimento do texto entre as reuniões do INC. A ampla maioria comprometida com um tratado eficaz deve agora mobilizar sua força para concluir o tratado tão necessário para pôr fim à poluição plástica.



ou visite:

wwf.panda.org/plastic treaty

para mais informações sobre as negociações do tratado, incluindo cronograma, relatórios, notas informativas e guia rápido do processo do CNI

Para mais informações, contacte:

Silje Woxholth Sørfonn

Co-líder da Política Global sobre Plásticos
silje.sorfonn@wwf.no



Working to sustain the natural world for the benefit of people and wildlife.

together possible... panda.org

WWF, 28 rue Mauverney, 1196 Gland, Suíça. Tel. +41 22 364 9111
CH-550.0.128.920-7

WWF® e World Wide Fund for Nature® são marcas registadas e ©1986 Panda Symbol pertencem ao WWF-World Wide Fund For Nature (anteriormente World Wildlife Fund). Todos os direitos reservados.